

Clipping
4ª feira, 10.09.2008

Grampos envolvem deputados, diz MP	1
Ampliação de licença-maternidade é restrita a 10% das empresas.....	2
Emprego tem maior nível em quatro anos	3
Sem-terra invadem fazenda por oito horas	4
Movimentos reclamam de ações do Estado	4
Peritos ameaçam paralisar às quartas.....	4
Carteiros seguem sendo vítimas de cães	4
Mulheres chefiam 28% de famílias.....	5
Negros trabalham mais.....	5
Servidores do Centro Murialdo paralisaram	6
Criminalização pautou audiência	6
Servidores clamam por mudanças.....	7
Lula restringe alcance da nova licença-maternidade	7
Plano contra a escravidão focaliza cana.....	8
Metalúrgicos da Volks do PR têm reajuste de 11%	9
Planejamento autoriza contratação de 19 mil professores para Instituições Federais de Ensino	9
Aeroportuários questionam privatização dos aeroportos	9
Armas judiciais contra fábricas de papel no Brasil.....	13
Comissão rejeita projeto sobre FGTS de terceirizado	15
Uma operação para livrar Dantas.....	15
Reembolso substitui diária	19
Presidente da Câmara reclama de interferência do Judiciário no Legislativo	19
Equador pressiona Odebrecht	19
Quattor adquire ações detidas pela CDE e Oxiteno.....	20

[Grampos envolvem deputados, diz MP](#)

Em parecer procurador-geral da República descreve ações de Padilha e José Otávio

Número 1. Assim o deputado federal Eliseu Padilha (PMDB) é citado, segundo a Procuradoria-Geral da República, em escutas telefônicas interceptadas na Operação Solidária, investigação que apura desvios de recursos em obras de infra-estrutura na Região Metropolitana.

Zero Hora teve acesso a partes do inquérito que tramita sob sigilo de Justiça no Supremo Tribunal Federal. Nos documentos, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, se refere a Padilha e ao também deputado federal José Otávio Germano (PP) como atuantes “na busca de êxito das manobras ilegais, intercedendo junto a autoridades constituídas”.

As acusações mais graves atingem Padilha. O procurador cita escutas telefônicas para afirmar que o deputado “teria recebido vultosa importância como retribuição ao apoio emprestado ao êxito dos trabalhos visando a fraudar licitações”. Em outra interceptação, segundo o procurador, “trechos da fala do deputado estariam a estampar o desejo de receber a quantia não em duas vezes, mas integralmente, em certa data”.

De acordo com o procurador, “a atuação dos servidores públicos e dos agentes políticos visa a favorecer o grupo liderado pelo empresário Marco Antônio Camino”. Dono da MAC Engenharia e da Multilagos Geração de Energia Elétrica, Camino teve dois telefones e um e-mail monitorados pela PF. Souza relata que “os deputados agiam como facilitadores das pretensões do empresário junto aos órgãos do Executivo federal e estadual, incumbidos de alocar recursos públicos para obras e serviços na sua área de interesse”.

Contra José Otávio há a transcrição de conversas telefônicas mantidas pelo deputado com Camino. Nela, o empresário pede a intervenção do parlamentar junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) num processo de autorização para a construção de duas centrais hidrelétricas no Rio das

Antas, na região de Vacaria – as usinas Santa Carolina e Chimarrão. Camino reclama da disputa com outra empresa, a Saltinho Energética Ltda. À época presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, José Otávio sugere ao empresário a busca de um acordo, com cada empresa abrindo mão de uma central hidrelétrica.

Procurador requereu extratos telefônicos de suspeitos

As escutas que lançam suspeitas sobre José Otávio e Padilha fazem parte de um compêndio com 59 páginas de transcrição de grampos telefônicos capturados com autorização da Justiça. Ao todo, 21 números de celulares foram monitorados. Somente o secretário de Governo de Canoas, Francisco Fraga, o Chico Fraga, teve 12 linhas de celulares interceptadas. Segundo o inquérito, o elo entre Fraga e Padilha seria a mulher do secretário, Maria das Dores Fraga.

A investigação descobriu que Maria trabalha como assessora de Padilha na Câmara, mas é contratada para atuar no escritório político dele em Porto Alegre. Segundo a PF, Maria seria uma funcionária-fantasma.

Souza requereu os extratos das contas telefônicas dos investigados durante os seis meses anteriores ao início das apurações. No monitoramento, chegou a ser rastreada a localização geográfica dos telefones grampeados e dos celulares que mantiveram contato com os investigados. Dessa forma, os policiais sabiam onde estava cada pessoa que conversava com os suspeitos. A PF também criou um sistema de e-mails espelhos, para os quais eram desviadas cópias das correspondências do grupo.

ZERO HORA

[Ampliação de licença-maternidade é restrita a 10% das empresas](#)

Veto do presidente Lula acaba com benefícios a pequenas e médias empresas que concederem seis meses

Mais de 90% das empresas brasileiras ficarão de fora da nova lei que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses, sancionada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A causa da restrição é o veto, por parte de Lula, do dispositivos da proposta original que incluía a participação de micro e pequenas empresas.

Ao avaliar o projeto, o presidente eliminou o trecho que permitia que empresas de menor porte inscritas no Simples – programa simplificado de recolhimento de impostos – aderissem ao programa Empresa Cidadã. Com isso, a adesão ficará limitada a estabelecimentos tributados no lucro real, ou seja, as grandes empresas. As demais até poderão conceder o benefício por iniciativa própria, mas não terão nenhuma contrapartida do governo federal.

O projeto havia sido aprovado no Congresso no mês passado. Pela proposta, as empresas que decidirem oferecer o benefício devem se inscrever no programa Empresa Cidadã. Ao fazer isso, os dois meses extra de salário-maternidade pagos pelos empregadores serão deduzidos do Imposto de Renda.

Depois do aval do Legislativo, a Fazenda alertou Lula para o impacto que o projeto original teria nas contas públicas. Sem incluir os vetos presidenciais, a estimativa era de que a medida teria custo de R\$ 800 milhões para o governo por ano.

Líderes empresariais também manifestaram contrariedade com a aprovação e afirmaram que a extensão do benefício poderia “sacrificar” a indústria nacional. Na ocasião, as centrais sindicais anunciaram que as negociações coletivas passariam a incluir entre suas prioridades de cláusulas sociais a licença-maternidade de seis meses.

Para a iniciativa privada, lei só entra em vigor em 2010

Além de limitar o alcance das mudanças a funcionárias de empresas de grande porte, Lula vetou o artigo que garantia isenção de contribuição previdenciária sobre os dois meses extras da licença. Agora, as empresas ficam obrigadas a pagar a contribuição mesmo durante o afastamento da funcionária. O principal argumento é que essa renúncia também teria impacto sobre as contas da Previdência, que neste ano deverá registrar déficit de R\$ 40 bilhões.

Ficou mantida a determinação de que a licença ampliada só entre em vigor em 2010 – com exceção das funcionárias públicas, que já poderão receber o benefício a partir da publicação da lei no Diário

Oficial, o que está prevista para hoje. Em relação às empresas privadas, o projeto já previa um prazo maior, pois não haveria tempo de incluir a renúncia fiscal no orçamento do ano que vem.

Saiba mais

COMO É AGORA

Atualmente, as trabalhadoras têm o direito a quatro meses de licença-maternidade, pagas pelo INSS
O QUE MUDA

O projeto cria um programa chamado Empresa Cidadã, que estimula a prorrogação da licença-maternidade por mais dois meses adicionais

Com isso, as empresas que pagarem os benefícios à funcionária pelo período extra poderão, em troca, deduzir o valor no imposto de renda devido

Os quatro meses iniciais permanecem sendo pagos pelo INSS, sendo que caberá às empresas somente o pagamento dos dois meses adicionais

O projeto prevê que instituições públicas, inclusive o governo federal, também possam aderir à iniciativa

Mães adotivas estão incluídas na proposta

Para solicitar o direito, a empregada deverá requerer a prorrogação da licença até o final do primeiro mês após o parto

Ao longo da licença, a funcionária não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não deverá ser mantida em creche. Do contrário, a empregada perderá o direito à licença extra

PARA AS EMPRESAS

A concessão de dois meses a mais de licença maternidade é opcional

Se o empregador decidir aderir ao programa Empresa Cidadã, o benefício valerá para todas as funcionárias

A empresa poderá abater o valor bruto do salário da funcionária nos dois meses extras no Imposto de Renda a pagar e receberá o certificado “Empresa amiga da Criança”

SITUAÇÃO DO PROJETO

Sancionado ontem, virou lei

Na prática, as trabalhadoras da iniciativa privada só serão beneficiadas pela lei a partir de 2010, quando as empresas passarão a contar com incentivos fiscais para conceder a extensão da licença-maternidade

Os incentivos só serão concedidos a partir de 2010 porque o governo afirma que a redução na arrecadação terá de ser adaptada na Lei Orçamentária, o que só poderá ocorrer no ano que vem. A Lei do Orçamento Geral da União para 2009 já está pronta e será enviada ao Congresso até 30 de agosto

Para o serviço público, o novo prazo de licença-maternidade poderá ser aplicado imediatamente

POR QUE É IMPORTANTE

As mães terão mais tempo para ficar com seus filhos, o que contribuirá diretamente para o melhor desenvolvimento das crianças

Especialistas ressaltam que um dos principais ganhos se refere ao aleitamento materno

A Organização Mundial da Saúde recomenda que a amamentação ocorra até o sexto mês de vida

As mães terão maior tranquilidade para cuidar de seus bebês e não precisarão mais dividir os cuidados com as preocupações do trabalho

A SABER

Regulamentações municipais e estaduais já permitem que a mãe usufrua de seis meses de afastamento em 93 municípios e 11 Estados do país, de acordo com balanço da Sociedade Brasileira de Pediatria ZERO HORA

[Emprego tem maior nível em quatro anos](#)

Com o reforço na produção, o nível de emprego na indústria no país cresceu 0,7% em julho em relação a junho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi a maior variação mensal desde maio de 2004, quando a criação de vagas subiu 1%.

No Rio Grande do Sul, o número de postos aumentou 1,84% nessa base de comparação. Conforme

o supervisor de informações do IBGE no Estado, Ademir Barbosa Koucher, os setores industriais que mais contribuíram para ampliar empregos foram os de produtos de metal (23%), máquinas e equipamentos (25%) e máquinas e equipamentos eletrônicos (17,6%). ZERO HORA

Sem-terra invadem fazenda por oito horas

Em um intervalo de oito horas, uma fazenda foi invadida e desocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ontem, no interior de Canguçu, no sul do Estado. A mobilização pediu a desapropriação dos 1,2 mil hectares da Fazenda São João da Armada. Desencadeada a partir do acampamento Integração Camponesa, montado a 200 metros da propriedade invadida, a ação envolveu cerca de 150 pessoas. Mais de 30 policiais do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM), sediado em Pelotas, foram deslocados até o local para monitorar a invasão. ZERO HORA

Movimentos reclamam de ações do Estado

Em audiência pública em Porto Alegre, representantes de movimentos reclamaram ontem da suposta criação de um “Estado policalesco”, que praticaria violência contra manifestantes. As queixas foram feitas à Comissão Especial do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, órgão ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. O ouvidor agrário da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Adão Paiani, negou a existência de ação do governo do Estado para criminalizar os movimentos. ZERO HORA

Peritos ameaçam paralisar às quartas

Mais de 5 mil médicos peritos da Previdência Social ameaçam paralisar suas atividades todas às quartas-feiras, a partir da semana que vem. Aprovada durante assembléia extraordinária realizada ontem, em Brasília, a iniciativa é um protesto contra a publicação de uma medida provisória, que retiraria status dos profissionais, segundo os sindicalistas. O Ministério da Previdência preferiu não se pronunciar sobre a possível paralisação. ZERO HORA

Carteiros seguem sendo vítimas de cães

A cada três dias, um carteiro é atacado por cão no Estado, conforme dados divulgados pelos Correios, agência do RS. Com isso, o profissional precisa ser afastado do trabalho por cerca de cinco dias. Para tentar reverter essa situação e garantir a segurança dos profissionais, a empresa está lançando uma campanha educativa. A iniciativa é dirigida aos estados com maior incidência de casos: Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal.

Os Correios admitem que os ataques de caninos aos carteiros vêm caindo nos últimos anos, já que, de 2005 a 2007, o número de ocorrências foi reduzida em 13%. Porém, esse tipo de acidente de trabalho figura em terceiro lugar no ranking de acidentes de trabalho da empresa.

Segundo o diretor dos Correios no Rio Grande do Sul, Larry Manoel Medeiros de Almeida, a campanha objetiva um trabalho de conscientização da população, além do mapeamento das regiões que apresentam o problema. Esse mapeamento dos pontos críticos será feito pelos próprios carteiros. Após a detecção dos locais de risco, será formalizada uma correspondência a essas residências. 'Vamos orientar. Muitas vezes, as pessoas não têm compreensão do perigo', relatou o diretor.

A pessoa terá um período de 30 dias para regularizar a situação, seja instalar uma caixa de correspondência, colocá-la em local seguro, ou mesmo prender o canino. 'Após esse período de um mês, um supervisor fará nova formalização do problema e a pessoa terá mais 30 dias para resolver a questão. Caso contrário, será suspensa a entrega da correspondência. Dependendo da condição do risco, o prazo poderá ser ainda maior', alertou Almeida.

Conforme o diretor, os ataques ocorrem, principalmente, nos municípios da Grande Porto Alegre. 'Muitas pessoas vêm para Porto Alegre trabalhar e deixam os cães protegendo as residências', constatou. Na Capital, a situação é concentrada em bairros periféricos. A campanha se estenderá até janeiro de 2009.

Total de ataques no RS

2004 – 148
2005 – 153
2006 – 122 (nos primeiros 9 meses ocorreram 94)
2007 – 113 (só no primeiro semestre, ocorreram 69)
1ª semestre de 2008 – 40 registros

Fonte: Correios

[Mulheres chefiam 28% de famílias](#)

O número de famílias brasileiras chefiadas por mulheres cresceu 10 vezes nos últimos 13 anos. Em 1993, 247.795 lares no país eram sustentados pelo sexo feminino, sendo que em 2006 essa marca saltou para 2.235.233. Os dados fazem parte da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo revela que a proporção de famílias chefiadas por mulheres passou de 19,7% em 1993 para 28,8% em 2006. Supondo-se um padrão de família tradicional formado por mãe, pai e filhos, o instituto aponta um horizonte cultural mais igualitário entre homens e mulheres dentro das famílias.

Mãe de dois jovens, a empresária Miriam Linera, 47 anos, assumiu a responsabilidade de criar os filhos Ricardo, 21 anos, e Carolina, 20. 'Sempre fui uma pessoa forte desde pequena. Não fico imaginando que a situação poderia ser diferente. A vida tem que seguir seu fluxo, sou muito realista quanto a isso', disse Miriam, moradora da zona Sul de Porto Alegre.

De acordo com o estudo, 31,3% das famílias que vivem nas zonas urbanas eram chefiadas por mulheres em 2006, um crescimento de 9,6 pontos percentuais em relação a 1993.

A secretária executiva da Rede Feminista de Saúde e fundadora do Coletivo Feminino Plural, Telia Negrão, destacou alguns fatores que impulsionaram o aumento de mulheres na chefia das famílias brasileiras. Entre os quais, lembrou a urbanização, o empoderamento feminino, a ocupação no mercado de trabalho e a disseminação de políticas públicas. 'Tudo isso contribuiu para que ocorressem essas transformações de padrões culturais nas famílias brasileiras', acrescentou Telia.
CORREIO DO POVO

[Negros trabalham mais](#)

JOANA COLUSSI

joanacolussi@correiodopovo.com.br

Os trabalhadores negros entram mais cedo e deixam o mercado de trabalho mais tarde do que os brancos. A constatação foi revelada em pesquisa divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Intitulado de 'Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça', o estudo destaca que, entre a população negra com 60 anos ou mais, 34,7% estavam ocupados ou em busca de trabalho em 2006, comparados a 29,3% dos brancos na mesma faixa etária.

De acordo com o Ipea, o dado pode ser explicado pelas formas mais precárias de trabalho vividas pelos negros. Isso faz com que essa parcela da população não consiga garantias de proteção social na velhice, impedindo que um número maior de trabalhadores negros tenha acesso à aposentadoria. O engraxate Paulo Lopes da Silva, de 64 anos, enquadra-se nessa parcela da população. Com 22 anos de atividade na Praça da Alfândega, no Centro da Capital, o porto-alegrense parou de contribuir com a Previdência por falta de condições financeiras. Hoje, com renda média mensal de

R\$ 1,1 mil, não pensa em parar de trabalhar tão cedo. 'Sou autônomo; enquanto tiver saúde vou seguir na profissão', afirmou Silva, morador do bairro Cristal.

A pesquisa mostra que os negros recebem menos do que os brancos em todas as regiões. Em 1996, os brancos tinham renda média de R\$ 1.044,2, enquanto os negros, R\$ 483,00. Em 2006, apesar de a diferença de renda ter diminuído, os brancos aparecem com R\$ 986,50 e os negros, R\$ 502,00. Jeanice Dias Ramos, do Núcleo de Jornalistas Afrodescendentes do Sindicato dos Jornalistas do RS, destaca que isso reflete a falta de estrutura oferecida aos negros ainda no período pós-abolicionista.

Servidores do Centro Murialdo paralisaram

Os servidores do Centro de Saúde Escola Murialdo, que atende a 80 mil pessoas do Partenon, na Capital, paralisaram as atividades ontem. Há meses, eles alertam para a falta de condições de trabalho. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do RS, Cláudio Augustin, a paralisação ocorreu porque não foram apresentadas propostas concretas na audiência pública, segunda-feira, na Câmara Municipal. O impasse será discutido em nova reunião no início de outubro.

Se não houver acerto, funcionários não descartam a possibilidade de greve, afirmou Augustin, durante a assembléia dos servidores do Centro de Saúde. 'Esperávamos propostas concretas para terminar com esse impasse. Mais uma vez, as secretarias estadual e municipal da Saúde não apresentaram soluções', disse, destacando como ponto positivo da audiência a decisão da Câmara de encaminhar à prefeitura pedido para que detalhe as negociações do Murialdo. O representante da SMS, James Martins, ressaltou que estão mantidos os acordos com o governo do Estado. Prefeitura e governo estadual estão trabalhando juntos para resolver os problemas em 120 dias.

Criminalização pautou audiência

Audiência na Assembléia Legislativa, com presença de representantes de sindicatos e movimentos sociais, entre eles a Federação da Agricultura do RS (Farsul) e o Movimento dos Sem-Terra (MST), abriu ontem a agenda rio-grandense de comissão especial criada em Brasília, no mês passado, para investigar a criminalização de movimentos sociais no Estado. A comissão é ligada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Hoje, o grupo visita acampamentos e assentamentos do MST em Sarandi e participa de reunião com entidades de Passo Fundo.

A agenda da comissão inclui encontro com a diretoria da Farsul, que ocorreu ontem à tarde e, na quinta-feira, audiências com o procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Arminio Abreu Lima da Rosa, e com a governadora Yeda Crusius. O ouvidor-geral da Segurança Pública e ouvidor agrário do Estado, Adão Paiani, disse que grande parte das denúncias relatadas ontem não foi levada a seu conhecimento. 'Se soubéssemos, teríamos tomado as providências cabíveis', pontuou. O assessor jurídico da Farsul, Nestor Hein, criticou a insistência do movimento em invadir a fazenda da família Guerra, em Coqueiros do Sul, que foi considerada produtiva, e a fazenda Southall, em São Gabriel, que teve o decreto de desapropriação negado pelo STF.

'Percebe-se que no RS está havendo desrespeito à Constituição e à democracia', afirmou o deputado federal Adão Pretto, presidente da Comissão de Legislação Participativa na Câmara e integrante da comissão especial. Já haviam sido relatados abusos, como a agressão a 900 mulheres da Via Campesina, em Rosário do Sul, e a ata do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, que defendia medidas para declarar a ilegalidade do movimento.

Ouvidor explicou o objetivo

O ouvidor agrário do Estado, Adão Paiani, disse que a intenção do encontro foi que a Farsul apresentasse sua versão de fatos envolvendo o MST no RS. O vice-presidente da Comissão, Percílio de Sousa Lima Neto, e o ouvidor agrário nacional, Gercino da Silva Filho, coordenaram a reunião

CORREIO DO POVO

Servidores clamam por mudanças

O secretário da Segurança Pública, Edson Goularte, recebeu ontem a direção da Associação dos Profissionais Penitenciários de Nível Superior do RS (Apropens). Na audiência, os representantes da entidade apresentaram quatro reivindicações, decididas em assembléia. Segundo a presidente da Apropens, Ivarlete de França, uma das preocupações diz respeito ao parcelamento do valor a ser pago em função da Lei Britto. Segundo a entidade, já ocorreu o pagamento da primeira parcela e a categoria teme pela exclusão ao direito de receber as demais. Outra abordagem no encontro foi o regime de promoções por efetividade e merecimento. O superintendente interino da Susepe, Bruno Trindade, assegurou que a listagem com as promoções estará pronta até 15 de outubro. A Apropens também pleiteia nova política de remuneração. CORREIO DO POVO

Lula restringe alcance da nova licença-maternidade

Com veto, só funcionárias de empresas de grande porte podem ter benefício ampliado
Empresas tributadas pelo lucro presumido e optantes do Simples não poderão conceder mais dois meses de licença a trabalhadoras

JULIANNA SOFIA

LETÍCIA SANDER

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou dispositivos da proposta aprovada pelo Congresso que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses, o que restringirá, no caso do setor privado, o alcance das mudanças a funcionárias de empresas de grande porte.

Mais de 90% das empresas brasileiras deverão ficar de fora da nova lei, reduzindo o impacto fiscal da medida para o governo. Mas essas empresas, exatamente por serem maiores, empregam a maioria dos trabalhadores do setor privado.

No veto, o Palácio do Planalto eliminou o trecho do projeto que permitiria a empresas que pagam imposto no regime de lucro presumido ou que são optantes do Simples (programa simplificado de recolhimento de impostos) aderir ao programa "Empresa Cidadã".

Com o veto, a adesão ficou limitada a estabelecimentos tributados no lucro real, ou seja, as grandes empresas.

No mês passado, o Congresso concluiu a votação do projeto que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade. O benefício adicional, que é opcional, só vale para funcionárias de empresas que optarem pelo programa "Empresa Cidadã". Isso porque os dois meses extras de salário-maternidade serão pagos pelos empregadores e deduzidos do Imposto de Renda a ser pago pela empresa.

No caso das funcionárias públicas, a ampliação da licença-maternidade poderá ser feita a partir da publicação da lei no "Diário Oficial" da União, o que deve acontecer hoje.

Atualmente, 93 municípios e 11 Estados têm licença-maternidade de seis meses, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Lula vetou ainda o artigo que garantia isenção da contribuição previdenciária sobre os dois meses extras da licença-maternidade. Essa renúncia teria impacto sobre as contas da Previdência, que neste ano deverá registrar déficit próximo de R\$ 40 bilhões.

Só em 2010

Ontem, o Palácio do Planalto reforçou que a licença-maternidade ampliada só entrará em vigor em 2010. O projeto já previa essa possibilidade, pois não haveria tempo de incluir a renúncia fiscal já no Orçamento do ano que vem, em tramitação no Congresso Nacional.

O presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior, disse que o engajamento da sociedade brasileira em torno da licença ampliada permitirá reverter os vetos do presidente.

"Não podemos ter uma situação em que algumas mulheres terão o direito e outras, não. Algumas

crianças serão beneficiadas e outras, não", afirmou Campos Júnior.

Segundo ele, a senadora Patrícia Sabóia (PDT-CE), que apresentou o projeto ampliando o prazo da licença-maternidade, já tem pronta uma emenda ao projeto de Orçamento de 2009, em tramitação no Congresso, para garantir a aplicação da lei já no próximo ano. Se tiverem sucesso e não houver veto presidencial, a ampliação nas empresas privadas poderia vigorar no próximo ano.

A nova lei estabelece que têm direito ao benefício de seis meses as funcionárias de empresas. Trabalhadoras autônomas e empregadas domésticas não terão direito aos dois meses adicionais. Hoje, a licença de quatro meses é custeada pela Previdência Social, que gasta anualmente R\$ 2,1 bilhões com o pagamento do benefício.

O salário-maternidade é pago diretamente pela empresa à trabalhadora, mas depois é deduzido das contribuições previdenciárias devidas pelo estabelecimento ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Folha de SP

Plano contra a escravidão focaliza cana

Projeto mira trabalho degradante e pretende incentivar acordos no país

Setor sucroalcooleiro é tema de artigo específico do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; usinas não comentam menção

JOÃO CARLOS MAGALHÃES

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

THIAGO REIS

DA AGÊNCIA FOLHA

O novo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que será lançado hoje em Brasília, terá como uma de suas metas combater o trabalho degradante em usinas e plantações de cana-de-açúcar.

O setor sucroalcooleiro, que tem concentrado o maior número de libertações nos últimos dois anos, é alvo de um artigo específico do documento.

O plano é o principal instrumento administrativo para nortear ações do governo e da sociedade civil no combate ao trabalho degradante.

No caso da cana, o objetivo é "apoiar e incentivar a celebração de pactos coletivos entre as representações de empregadores e trabalhadores". No primeiro plano, de 2003, a cana não era citada.

No início deste ano, a Secretaria de Inspeção do Trabalho já havia eleito os usineiros como "foco prioritário" das blitzes dos grupos móveis.

A ação de número 40 do plano é considerada preventiva e também inclui o setor carvoeiro. São 66 ações previstas no documento - a maioria delas de reinserção ou repressão.

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) não quis comentar ontem a menção.

Para o frei Xavier Plassat, coordenador do programa de combate ao trabalho escravo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), o novo plano conta com propostas "mais concretas" que o anterior, considerado "muito institucional".

O novo plano também terá como metas a atenção maior aos imigrantes ilegais, a proibição de crédito entre bancos privados para empresas que submetem seus empregados a trabalho análogo à escravidão (hoje apenas instituições públicas não podem emprestar dinheiro) e o acesso de todos os libertados ao Bolsa Família.

Do antigo plano, 3 de cada 10 metas não foram cumpridas, segundo Paulo Vannuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Pauta de 18 itens

Representantes do governo, de empresas e de trabalhadores do ramo da cana definiram ontem em reunião no Palácio do Planalto pauta de 18 itens com o intuito de melhorar as condições de trabalho do setor.

Entraram na pauta questões relativas a contratos e jornada de trabalho, saúde, segurança, remuneração, adequação das condições de alimentação, moradia, transporte e qualificação dos trabalhadores.

A expectativa, segundo Antônio Lambertucci, secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência, é que até novembro se avance nos temas mais sensíveis. No tocante à mecanização do setor, Lambertucci citou que a estimativa das empresas é que apenas em São Paulo cerca de 180 mil trabalhadores sejam substituídos por máquinas até 2014. folha de sp

[Metalúrgicos da Volks do PR têm reajuste de 11%](#)

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA ONLINE

Em assembléia realizada ontem, os funcionários da Volkswagen/Audi, em São José dos Pinhais (PR), terminaram a greve iniciada em 1º de agosto. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, deixaram de ser produzidos 7.000 veículos.

O acordo reajusta em 11% o salário dos cerca de 4.000 trabalhadores da unidade a partir de novembro, além de pagar R\$ 2.000 como abono no próximo dia 15. folha de SP

[Planejamento autoriza contratação de 19 mil professores para Instituições Federais de Ensino](#)

Em conformidade com a determinação de governo, de dar prioridade à melhoria das condições de ensino no país, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, autorizou a contratação, para 2008 e 2009, de 19.221 servidores nos quadros do Ministério da Educação, por meio de concurso público. As vagas são para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A Portaria 286, que autoriza a medida, foi publicada no Diário Oficial da União do dia 3/09, na Seção 1, página 78.

De acordo com a portaria, o contingente de vagas estabelecido permitirá o ingresso nos cargos de professor de magistério superior e de técnico-administrativo em educação, níveis superior e intermediário.

Distribuição das vagas

O quantitativo de vagas em oferta é o seguinte: professores da carreira de Magistério superior (10.982), técnico-administrativo em educação, nível Superior/Classe E (3.750) e técnico-administrativo em Educação, nível intermediário/Classes B,C e D (4.489).

As primeiras contratações nas IFES deverão ocorrer ainda em 2008, sendo 1.000 vagas, a partir deste mês, destinadas somente ao provimento de professores. Os demais postos deverão ser preenchidos em 2009, de forma escalonada, segundo cronograma que será divulgado oportunamente pelo Ministério do Planejamento.

Também foi informado na portaria que cada instituição será responsável pela realização próprio concurso, ficando encarregada da publicação do edital de abertura e de todos os atos administrativos que se fizerem necessários. (Com Planejamento)

[Aeroportuários questionam privatização dos aeroportos](#)

Em carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) colocou em dúvida a intenção dele, manifestada em reunião e divulgada pela imprensa, de autorizar a venda dos aeroportos Tom Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro, e o de Viracopos, em Campinas (SP), que estão entre os 12 viáveis financeiramente e que garantiram um lucro para Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), segundo o último balanço, de R\$ 261,2 milhões.

“Companheiro presidente, apesar de todas essas evidências os aeroportuários não acreditam que já foi tomada a decisão de privatizar – ou seja lá o que for – a Infraero”, diz a carta, referindo-se a uma audiência realizada na última segunda (1ª) quando o Presidente teria autorizado a privatização. Participaram da audiência com Lula os ministros Nelson Jobim (Defesa), Dilma Rousseff (Casa Civil) e os presidentes da Infraero, Sérgio Gaudenzi e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Vieira.

“Todos sabemos que o ministro Jobim e a senhora Solange Vieira são favoráveis à privatização de alguns aeroportos, hoje, administrados pela Infraero. Sabemos, ainda, que o seu aliado, o

governador Sérgio Cabral (PMDB/RJ), vem fazendo campanha pela privatização do Galeão. Aliás, no mesmo dia em que se realizava a citada audiência, Cabral encontrava-se em Londres e, durante reunião do Comitê Olímpico Internacional (COI), denominou o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro como rodoviária”, diz o documento.

Consórcio já estaria em formação

Protestaram contra a privatização e da possível formação de um consórcio para operar futuramente toda a infra-estrutura da Infraero. “Tomamos conhecimento da formação da empresa A-Port, com a participação brasileira da Camargo Corrêa, do grupo suíço Uniqe e do chileno IDC, os dois últimos com experiência na administração aeroportuária.”

Segundo a carta, os 12 aeroportos viáveis financeiramente mantêm os outros 55 e as demais unidades da Infraero. Reconhecem que é preciso modernizar a infra-estrutura aeroportuária, mas “não é possível que o companheiro Lula tenha decidido passar os aeroportos rentáveis – e que viabilizam toda a estrutura aeroportuária – para a iniciativa privada.” Eles lembraram que a Infraero sempre foi uma empresa rentável nos seus 35 anos de existência.

Cobram audiência com o presidente para que ele possa ser lembrado dos compromissos com a categoria. “Desde 1989 marchamos ao seu lado para chegar à Presidência [da República], apesar de, naquela época, a Infraero ser uma repartição militar.”

Lembraram dos compromissos de Lula contra as privatizações e a defesa do patrimônio público.

“Companheiro presidente, na certeza de um encontro, muito em breve, para relatar o ponto de vista da categoria em relação à Infraero, enviamos um fraternal abraço dos aeroportuários”, finaliza o documento assinado pelo presidente do Sina, Francisco Lemos. (Fonte: Vermelho)

Entrevista especial com José Dari Krein

Para o economista José Dari Krein, a [crise do movimento sindical](#) está ligada mais a uma ordem econômica e política diferente que se vivia no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 do que relacionada com as reestruturações realizadas no mundo do trabalho. Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, Krein analisa as causas da atual situação em que se encontram as ações do movimento sindical, fala das pautas das diferentes instituições que desejam representar os sindicatos de base hoje e de como a fragmentação do movimento influencia na visão que o trabalhador tem dos órgãos que o representam.

Krein diz ainda que vê a proposta da contribuição negocial como algo positivo e necessário.

“Acredito que o ideal seja o sindicato sobreviver com a contribuição voluntária, mas acho que isso não é uma realidade neste ambiente mais conservador que vivemos. No entanto, também não acredito que é pelo princípio da concorrência que as coisas serão resolvidas. Por isso, é preciso uma salvaguarda, do ponto de vista institucional, para que o sindicato possa continuar arrecadando, porque o resultado dessa ação beneficia o conjunto dos trabalhadores”, afirma ele, que também analisa a [formação sindical](#) atual em comparação à formação que se tinha na década de 1980.

José Dari Krein é formado em Filosofia, pela PUC-PR, com especialização em Economia Social e do Trabalho, pela Unicamp, onde realizou o mestrado e doutorado nesta mesma área. É, atualmente, docente na Universidade Estadual de Campinas. Além de trabalhar no Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, Krein atuou na Escola Sindical Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A crise do movimento sindical está associada à reestruturação do mundo do trabalho e à mudança do processo de produção padronizado para o modelo de produção flexível, ou se trata de uma crise ideológica?

José Dari Krein – As duas questões fazem sentido. Costumo dizer que a [crise no mundo sindical](#) está relacionada, em primeiro lugar, a um contexto adverso para um trabalho que é produzido na ordem econômica e política construída como resposta à crise dos anos 1970. Então, nesta ordem econômica e política, diferentemente do que havia no Pós-Guerra, em que tinha certa consolidação social, o sindicato será responsabilizado por certos problemas que aparecem no mercado de trabalho pelo discurso hegemônico neoliberal. Ou seja, o sindicato será responsabilizado pelo [problema do desemprego](#), porque no discurso hegemônico neoliberal a idéia mais comum é a de que ele cria

monopólios e estabelece regras que inibem o funcionamento do mercado. Nesse sentido, prevalece um discurso de ataque à organização sindical e à [regulação do trabalho](#). Então, se busca ajustar a regulação do trabalho e, portanto, fragilizar o sindicato em relação a essa nova ordem econômica desregulamentada e globalizada.

Nova ordem econômica e política

Em segundo lugar, a [crise do movimento sindical](#) tem relação com essa nova ordem econômica e política em que as empresas adquirem poder extremamente grande. Nós estamos vivendo numa sociedade em que as principais corporações do mundo geram uma riqueza equivalente a 150 países. É um capitalismo dominado pelas grandes empresas que foram forjando uma condição de, na relação capital-trabalho, se pender mais favoravelmente ao capital. Nessa nova ordem, as empresas conseguiram impor uma estratégia que anulou os sindicatos, principalmente em países que mais precisam destas instituições.

Competitividade e desregulamentação

Em terceiro lugar, existem, como resultado dessa nova ordem, maior competitividade, desregulamentação, dominação do capital financeiro e, ainda, um processo de reestruturação produtiva. Esse processo também foi conduzido pelas empresas e foi se impondo uma lógica de organização da produção desfavorável, na maioria das vezes, à organização coletiva.

Superação do trabalho

O fundamental nesse [processo de produção](#), é a superação do trabalho mais padronizado, em que as empresas buscam, através da utilização de todos os campos da ciência, aprimorar o processo produtivo, o resultado do produto do trabalho, na perspectiva de buscar a racionalização de custos e permitir que a empresa se ajuste à variação da demanda. Essa é uma característica do capitalismo flexível do final do século XX e do início do século XXI. Com isso, as empresas irão disputar também a lealdade do trabalhador frente a outras instituições, como é o caso do sindicato, do Estado e até outras organizações. Portanto, existe uma busca para conquistar corações e mentes dos trabalhadores para aprimorar o processo produtivo, combinado com todo o novo padrão tecnológico que está de acordo com essas mudanças mais gerais do capitalismo. Do ponto de vista político-econômico-social, essa nova lógica apresenta dificuldades ao coletivo.

Ambiente de instabilidade

Uma quarta razão é a de que esse contexto de mudanças, com exceção feita ao período que se estende de 2003 a 2007, gerou um ambiente de instabilidade econômica e uma tendência de baixo crescimento econômico. Relacionada com o processo de reestruturação, temos uma alteração do perfil da composição da [classe trabalhadora](#). Essa alteração gera um número grande de pessoas excluídas do mercado de trabalho pelo desemprego e pela inserção precária. Obviamente, também temos um perfil de classe trabalhadora escolarizada, submetida a um processo de insegurança e instabilidade maior, de terceirização, de descentralização etc.

Ideologias

Em quinto lugar, há uma questão ideológica, que precisa ser colocada em dois sentidos distintos: o primeiro é a prevalência de um caldo cultural extremamente conservador no período recente. Isso faz com que as pessoas entendam que a solução para a [condição do trabalho](#) precário não passa pela ação coletiva, mas pelo fato de ele se tornar empregável ou empreendedor. Essas duas palavras se tornaram mágicas nos anos 1990, uma vez que o neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas públicas, mas também um movimento cultural que estabelece a idéia de que a solução dos problemas do trabalho é de responsabilidade das pessoas e não da estrutura social, econômica e política, produzida por uma determinada nação ou por esse arranjo da chamada globalização. Por outro lado, você também tem uma crise da esquerda como um todo. Os paradigmas mais clássicos de transformação social evoluíram e culminaram com a luta no campo da regulação do trabalho e com a luta pela estruturação da sociedade. Com isso, existe uma mudança substantiva num cenário a partir do qual [os sindicatos](#) estão atuando. Nesse sentido, vai haver uma certa crise ideológica, capaz de influenciar a atuação dos sindicatos.

IHU On-Line - O reconhecimento legal das centrais sindicais foi se transformando numa importante pauta das centrais. O que há de significativo nessa pauta e qual a sua implicação para a estrutura

sindical?

José Dari Krein – Há um movimento contraditório durante o governo Lula. O reconhecimento das centrais sindicais, da forma como se deu, legitimou o [imposto sindical](#), que permite a sobrevivência do sindicalismo sobreviver a partir de recursos do Estado. Isso traz alguns problemas sérios, porque certas estruturas vão se cristalizando e se torna difícil mudá-las.

IHU On-Line - O que vai gerar do ponto de vista da estrutura do reconhecimento?

José Dari Krein – Uma questão contraditória. Com exceção feita ao Conlutas, todas as [centrais sindicais](#) têm a mesma pauta de ação, o que gera uma disputa para ver a quem os sindicatos de base vão se filiar. Isso estabelece uma certa concorrência entre as centrais sindicais, a fim de que se filie o máximo de sindicatos porque a sua arrecadação depende do número de sindicatos filiados. Quem está financiando as centrais sindicais é o Estado por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o que gera uma concorrência brutal pelo domínio do sindicato de base. Então, quem não está na estrutura sindical não tem poder algum. Ou seja, essa estrutura acaba gerando um mercado de disputa pela filiação das centrais. Daí podemos esperar muitas coisas estranhas.

As [centrais sindicais](#) nesse período estão conseguindo uma agenda comum que, do ponto de vista do seu conteúdo, é absolutamente expressiva e significativa, pois contém a política do salário mínimo, a questão da redução da jornada de trabalho, a questão da Convenção 158 da OIT, além da idéia de se defender um modelo de desenvolvimento que valorize o trabalho de segunda renda. A pauta é expressiva, mas, do ponto de vista do envolvimento da sociedade não tem conseguido avançar. É por esse motivo que as centrais sindicais têm dificuldades de serem reconhecidas socialmente. É preciso discutir a crise em duas dimensões, porque, se olhamos alguns números, especialmente de 2004 a 2007, veremos que alguns [indicadores sindicais](#) melhoraram. Mas, se olharmos o peso que o sindicalismo tem na sociedade, nós podemos dizer que esse peso mudou e diminuiu substancialmente.

IHU On-Line - A proposta de substituição do Imposto Sindical e Assistencial pela Contribuição Negocial apresentada pela CUT consiste numa mudança substancial no financiamento dos sindicatos? Qual é o caráter político dessa proposta?

José Dari Krein – Defendo a proposta que não é proveniente da CUT, mas de um acordo feito pelo Fórum Nacional do Trabalho. Uma vantagem disso é a heterogeneidade – que é regional e setorial para o setor econômico – do mercado de [trabalho brasileiro](#) e, considerando a sua altíssima rotatividade, que é algo absurdo e complicador grande na questão sindical e na organização coletiva, não há possibilidade do movimento dos trabalhadores sobreviver única e exclusivamente com a mensalidade. Isso é uma realidade para pouquíssimas categorias economicamente estruturadas, como as do setor público.

A proposta da [contribuição negocial](#), para ser viabilizada, será legitimada por uma legislação. Eu vejo isso como algo positivo e necessário. Acredito que o ideal seja o sindicato sobreviver com a contribuição voluntária, mas creio que isso não é uma realidade neste ambiente mais conservador que vivemos. No entanto, também não acredito que é pelo princípio da concorrência que as coisas serão resolvidas. Por isso, é preciso uma salvaguarda, do ponto de vista institucional, para que o sindicato possa continuar arrecadando, porque o resultado dessa ação beneficia o conjunto dos trabalhadores.

Outra vantagem é a de se transferir a decisão do valor da [contribuição para a categoria](#) que vai poder se manifestar, conduzida pelos seus dirigentes. Tudo bem que isso não é uma realidade para a grande maioria e trará muitos problemas, mas é preciso abrir a possibilidade de essa ação ser contestada, porque o sindicato terá de se aproximar das aspirações de quem representa para poder fazer jus inclusive à arrecadação. Além disso, ao substituir o imposto sindical por esta nova taxa, as centrais sindicais saem fortalecidas e o imposto sindical é derrubado, pois ele tem o efeito perverso de legitimar essa acomodação da estrutura oficial de lutar contra qualquer processo de mudança. Com a instituição da taxa de negociação, abre-se a possibilidade de pensar na mudança na estrutura sindical.

IHU On-Line - Muitas lideranças sindicais dos anos 1980 se tornaram parlamentares, estão no governo Lula ou bem empregada em ministérios, secretarias e estatais. Outras administram fundos

de pensão. Alguns avaliam que se trata de uma geração ideologicamente fraca, facilmente cooptável e que perdeu o espírito de combatividade. Qual a avaliação que o senhor faz?

José Dari Krein – Eu penso que a perda do espírito de combatividade tem muito mais relação com aquela razão das crises de que falei anteriormente do que simplesmente com a vontade política. Como dizia Marx, o homem faz a história em circunstâncias que ele não escolhe. Não podemos achar que é possível reproduzir os anos 1980 e 1990. Os anos 1980 têm um contexto histórico, político e social muito particular. Os anos 1990, por sua vez, trouxeram outra realidade. Um exemplo: nos anos 1980, prevaleceu uma estratégia que é [sinônimo de combatividade](#). Ela deu certo porque a transição da ditadura para a democracia não significou uma melhoria da condição de vida das pessoas, o que causou um sentimento de frustração muito grande. Com isso, o discurso da contraposição acabou ganhando respaldo na sociedade, porque os planos econômicos daqueles anos não trouxeram os resultados esperados, nem uma estabilização da moeda. E mais: trouxeram um problema ainda maior: a geração da inflação e a promoção de uma desigualdade maior no rendimento do trabalho, um sentimento de insegurança etc. Obviamente que, nos anos 1990, o sindicalismo adotou outras estratégias de reconhecimento e de atuação no espaço institucional. O problema é mais profundo, não apenas sindical. Se o [movimento sindical](#) teve conquistas pontuais no quadro atual, do ponto de vista do projeto, podemos dizer que este projeto não tem a cara que o movimento sindical vinha defendendo no país.

IHU On-Line - A Central Única dos Trabalhadores (CUT), quando da sua formação, deu bastante importância para a formação, e esse processo redundou na criação de várias escolas de formação em todo o país. Entretanto, essas escolas se encontram em crise. O que aconteceu?

José Dari Krein – Primeiro: nos anos 1980, a CUT tinha o propósito de fazer formação, mas não uma [formação sindical](#) estruturada. Quem fazia a formação eram as Ongs, a Pastoral Operária e outros movimentos. A estrutura da CUT era extremamente débil. A formação realizada pelos grupos de esquerda era mais política do que uma formação instrumental para uma atuação no campo sindical. Quem fazia a formação instrumental era o Dieese nos anos 1980. Mas, hoje, a formação é muito maior do que antigamente. A partir dos anos 1990, a CUT se esforça para estruturar uma política nacional de formação, inclusive para não depender mais dessas outras instituições.

Pela situação dos anos 1990, a formação mais ideológica, política, de visão de mundo, perdeu espaço para uma visão mais voltada para um campo específico da relação capital-trabalho, da negociação, da ação frente ao mundo do trabalho, até depois, para entrar numa outra fase de mudança substantiva, de vincular a formação sindical com a questão da educação profissional. As escolas, atualmente, refletem a crise no sindicalismo e têm a ver com o programa nacional de qualificação, pois essa formação não passa mais pela estrutura sindical. A formação reflete esse problema. Se essa crise for contida, obviamente a formação irá responder a essa nova realidade. A formação, afinal, acompanha a dinâmica das centrais sindicais.

[Armas judiciais contra fábricas de papel no Brasil](#)

Crescem no país as ações judiciais contra grandes empresas produtoras de celulose, especialmente nos Estados onde as plantações de eucalipto estão se expandindo: Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Em julho, a Veracel foi condenada a uma multa de R\$ 20 milhões e a retirar plantações de eucalipto de uma superfície de 96 mil hectares, na Bahia.

A reportagem é de Clarinha Glock - Terramérica e reproduzida pela Agência Carta Maior, 09-09-2008.

A batalha contra as indústrias de celulose se intensificou nos tribunais do Brasil, especialmente nos Estados onde mais se expandem as plantações de eucalipto: Bahia e Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Neste último, cinco organizações ambientais se uniram no mês passado em uma ação judicial contra a presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), [Ana Maria Pellini](#), a quem acusam de praticar assédio moral ao pressionar seus funcionários em processos de interesse do setor papeleiro.

A denúncia se refere a ameaças e transferências injustificadas de técnicos que se negaram a modificar critérios de [Zoneamento Ambiental da Silvicultura](#), na licença para construção de represas e para ampliação que quadruplicará a fábrica de celulose Aracruz, maior empresa brasileira do setor, controlada pelos grupos familiares Lorentzen, de origem norueguesa, e Safra, do Líbano. “Querem nos impor uma ditadura ambiental e rejeitamos esse controle”, reagiu Pellini, negando as acusações e destacando que, ao assumir seu cargo, encontrou 12 mil solicitações de licenças ambientais à espera de avaliação e por isso teve de implementar um plano de emergência na Fepam. O secretário do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Carlos Brenner de Moraes, defendeu sua funcionária de confiança e os investimentos em silvicultura, que chegarão a R\$ 10,7 bilhões entre 2007 e 2011. “Cada milhão de real representa 76 empregos”, ressaltou. As ações judiciais neste Estado se encaminham principalmente a irregularidades em licenças ambientais e acordos para que sejam feitos estudos e informes de impacto ambiental. “Exigimos mais restrições, porque o Zoneamento Ambiental, recentemente aprovado, oferece baixa proteção”, explicou Annelise Steigleder, fiscal de Meio Ambiente de Porto Alegre.

Na Bahia, a promotoria estadual pediu à justiça que anule licenças ambientais para plantio de eucalipto, obtidas pela empresa Veracel, criada por uma associação entre Aracruz e a sueco-finlandesa Stora Enso. A firma “usou meios ilícitos, desde corrupção de funcionários de órgãos vinculados às licenças até subornos de prefeitos e vereadores”, disse João da Silva Neto, coordenador da Promotoria em Eunápolis, município do sul baiano. Também foram obtidos de forma irregular certificados de qualidade para garantir exportações, acrescentou.

Após 15 anos de trâmite nos tribunais, o desenlace da primeira ação do Ministério Público contra a Veracel, em julho, foi uma multa de R\$ 20 milhões, respondendo a denúncias de organizações não-governamentais, como a internacional Greenpeace e a brasileira SOS Mata Atlântica. A empresa foi multada e condenada a retirar as plantações de eucalipto de uma superfície de 96 mil hectares – distribuídos em quatro municípios baianos – e a reflorestá-los com espécies nativas da Mata Atlântica, o ecossistema afetado.

A Veracel pediu efeito suspensivo da sentença, porque o exame judicial feito na época da denúncia de “supostas irregularidades e desmatamento” em 64 hectares não comprovou danos ambientais, disse ao Terramérica o presidente da empresa, Antonio Sergio Alípio. A sentença “nos surpreendeu, porque a áreas em questão tinham licença do órgão ambiental estadual e apoio do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente)”, e, também, a empresa recuperou a floresta original além da extensão exigida por lei, assegurou Alípio. A promotoria, entretanto, entendeu que houve falhas no estudo de impacto ambiental e que o Ibama foi omissivo nesse caso.

No Espírito Santo, Estado muito devastado, Sebastião Ribeiro Filho, advogado da Rede Alerta contra o Deserto Verde, iniciou a primeira ação popular contra a Aracruz em 2001, depois que a empresa obteve licença para sua fábrica. A justiça suspendeu a obra por quase um ano diante de denúncia do Ministério Público Federal por ausência do estudo e do informe de impacto ambiental, exigidos pela legislação. A companhia assinou um acordo, assumindo o compromisso de cumprir essas exigências e pôde prosseguir suas atividades, mas enfrenta outros processos judiciais por desmatamento e violação de direitos indígenas.

A Aracruz também é questionada por canalizar parte das águas do Rio Doce para abastecer uma de suas fábricas de papel. “A empresa obteve recursos da prefeitura, sem ter o estudo de impacto ambiental, para desviar águas do Rio Doce para o Riacho, principal fonte de água para suas unidades”, justamente quando um de seus ex-diretores era secretário de Desenvolvimento do governo estadual, disse Ribeiro Filho ao Terramérica. A prefeitura justificou a operação alegando que a canalização se destinava a melhorar o fornecimento de água à população dos bairros. A sociedade civil não dispõe de condições financeiras para enfrentar tais empresas nos tribunais, lamentou Ribeiro. “É uma luta de Davi contra Goliás”, afirmou.

As iniciativas judiciais em vários pontos do Brasil são produto da consciência da sociedade, sabedora dos danos que a monocultura de eucalipto provoca, como êxodo rural e desemprego, além de desastres ambientais, disse ao Terramérica Ivonete Gonçalves, do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. “Há 16 anos controlamos, no sul do Estado,

empresas de celulose que cometiam crimes como plantar eucaliptos em áreas de preservação permanente, lançando venenos nas nascentes de rios, e o Estado foi conivente e omissivo”, afirmou Ivonete. Os que se opõem a essa indústria no Brasil lutam agora pela transparência nas eleições municipais de outubro, rejeitando candidatos cujas campanhas são financiadas pelas indústrias do papel.

“Ao apoiar um candidato, a Aracruz contribui para o processo de fortalecimento da cidadania, em que todos os atores sociais devem necessariamente participar dos processos democráticos”, disse ao Terramérica o serviço de imprensa da companhia. O presidente da Veracel disse que sua empresa participou de campanhas eleitorais sempre cumprindo a legislação e após ampla discussão, já que um de seus controladores, o grupo sueco-finlandês Stora Enso, vem de países com leis mais rígidas. “Além disso, a Veracel aderiu ao Pacto Mundial” promovido pela Organização das Nações Unidas em favor da responsabilidade social empresarial, assumiu compromissos contra a corrupção “e, como quer ser referência em sustentabilidade, não pode cometer deslizes”, concluiu Alípio

[Comissão rejeita projeto sobre FGTS de terceirizado](#)

Roberto Santiago argumenta que já existem leis para garantir o direito dos terceirizados. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público rejeitou na última quarta-feira (3) o Projeto de Lei [533/07](#), do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), que responsabiliza as empresas que terceirizam serviços pelo recolhimento antecipado da contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (FGTS) referente aos funcionários terceirizados. Esse recolhimento se daria pela retenção de 5% do valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços.

O relator na comissão, deputado Roberto Santiago (PV-SP), defendeu a rejeição da proposta por acreditar que já existem mecanismos legais para impedir que esses trabalhadores sejam prejudicados. Ele citou o exemplo da administração pública, que sofre os efeitos da Lei Geral das Licitações (8.666/93) e só pode quitar a nota fiscal de serviços prestados quando houver a devida comprovação dos recolhimentos e de quitação da folha salarial. "O Tribunal de Contas da União tem feito alertas sobre o dever de fiscalizar o pagamento pelas contratadas de suas obrigações", destacou.

Santiago avaliou ainda que, pelo fato de o recolhimento do FGTS ser feito de forma individualizada, nas contas vinculadas de cada trabalhador, há um controle da gestão de pessoal da empresa contratada. "O acesso à folha de frequência, horas extras, férias e outros fatores que determinam a base de cálculo do FGTS não é da competência da empresa contratante, nem é adequado ao espírito que alimenta o mercado da terceirização, que busca as vantagens decorrentes da transferência da burocracia para a empresa contratada mediante o pagamento de adicional sobre os salários", concluiu.

Tramitação

Como o projeto foi rejeitado na única comissão designada para avaliar o mérito, ele só continuará tramitando se o Plenário aprovar um recurso contra o parecer. Se for aprovado um recurso, o texto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e depois pelo Plenário. Caso contrário, a proposta será arquivada. AGENCIA SENADO

[Uma operação para livrar Dantas](#)

Uma operação para livrar Daniel Dantas do inquérito e do processo

Para o jornalista, a revista Veja perdeu todos os limites ao publicar uma matéria em que não pode provar nada do que denuncia. Para ele, trata-se de uma operação para livrar Daniel Dantas da ação movida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. "É um momento triste na história da República: ele mostra que Dantas conseguiu uma ampla influência no Judiciário, em três partidos políticos e em grande parte da mídia", diz Nassif.

IHU - Instituto Humanitas Unisinos

A revista Veja da semana passada denunciou um esquema de grampos que vigiariam o Supremo Tribunal Federal e integrantes do governo federal. O que levou, no dia seguinte, o presidente Lula e o ministro Gilmar Mendes a reunirem-se e, finalmente, à suspensão da direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Na terça-feira da semana passada, em entrevista à imprensa, Lula declarou:

“Se algum de vocês (referindo-se aos jornalistas presentes) souber algo – porque a fonte conversou com os jornalistas e não comigo –, e quiserem facilitar a investigação, podemos resolver logo o problema. Do contrário, vamos ter de investigar com muita profundidade”.

Isso porque a Veja declarou que as gravações não existem mais e utiliza a lei para não revelar o nome da fonte da reportagem. A [IHU On-Line](#) conversou por telefone com Luis Nassif sobre essa crise gerada por um veículo de comunicação tão importante no país, mas, segundo ele, em decadência.

Nassif, que lançou uma série chamada Dossiê Veja, em que chama de antijornalismo o trabalho da revista, fala sobre a relação dessa denúncia dos grampos no STF com o caso Daniel Dantas, sobre um possível conflito entre o ministro do STF e Tarso Genro e, ainda, sobre a posição da Polícia Federal diante desse grande problema deflagrado no país.

Luis Nassif é jornalista e diretor Superintendente da Agência Dinheiro Vivo. Além disso, desempenha as funções de comentarista econômico da TV Cultura, membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Conselho de Economia da FIESP. Possui um dos [blogs](#) mais acessados e respeitados do país.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Nesse caso dos grampos, foi a reportagem da Veja que motivou a reunião de ontem entre Lula e Gilmar Mendes e, por fim, o afastamento da direção da Abin. Como o senhor relaciona esse caso com o caso Daniel Dantas?

Luis Nassif – É, escancaradamente, uma operação para livrar o Daniel Dantas desse inquérito e desse processo. A Veja perdeu todos os limites. O que espanta é ver um presidente do Supremo Tribunal Federal, baseado nos elementos que a revista coloca, sair acusando a Abin e o Paulo Lacerda, justamente os alvos do Daniel Dantas. É um momento triste na história da República: ele mostra que Dantas conseguiu uma ampla influência no Judiciário, em três partidos políticos e em grande parte da mídia. Eu acho que, para o jornalismo, o preço do descrédito é muito grande. A opinião pública inteira está percebendo o tipo de jogada feito pela Veja. E o que ela faz desmoraliza o jornalismo. Sabemos que este já foi usado para outros propósitos, mas o que existia antes era um pouco a história de troca de favores entre empresas e instituições e alguns veículos de mídia. Era um negócio antiético, mas mais light. Agora, quando temos essa contaminação da cobertura da imprensa por essas pessoas que estão claramente acusadas por formação de quadrilha e afins, entramos num terreno muito complicado e desmoralizante para um dos poderes fundamentais da sociedade, que é a imprensa de opinião.

A Veja tem uma grande tiragem e passou a praticar um jornalismo falso, como tenho mostrado na minha série de reportagens. No entanto, há, concomitantemente, uma cumplicidade com isso por parte dos jornais. Essa matéria sobre os grampos publicada por ela não passaria num curso básico de jornalismo. Então, vem o presidente do STF, avaliza a matéria e faz com que ela se transforme em institucional. Há poucos jornalistas com coragem para questionar essa falta de consistência da matéria. Há outro aspecto que precisa ser levado em conta: a Operação Satiagraha foi muito abrangente. Ela entrou no seio da corrupção brasileira e pegou magistrados, políticos e empresas jornalísticas. Com isso, temos esquemas pesados montados por advogados, por políticos e por jornalistas. A Veja gosta muito de comparar o Brasil aos Estados Unidos e dizer que nosso país é atrasado e que os estadunidenses são o suprassumo da modernidade. São mesmo. Só que nós estamos entrando hoje num ponto muito similar ao dos anos 1930 nos Estados Unidos, quando existiu uma luta nacional contra o crime organizado e a imprensa aderiu ao crime. É complicado isso, pois o maior fator de atraso que temos é a revista Veja, inserida dentro de um tipo de jornalismo manipulador. Com a internet, as coisas até melhoraram, porque há alternativas à falta de competência jornalística. A Veja está fazendo uma operação de alto risco para poder fazer essas

jogadas todas de forma profissional. Dentro da Abril, eles são chamados de “alopradados” da Veja. Isso causa perplexidade, indignação, e o preço é a desmoralização da imprensa. Pelo menos, a internet não deixa a grande imprensa falar sozinha.

IHU On-Line – E deve partir de quem exigir uma mudança de paradigma da influência que a Veja possui?

Luis Nassif – Deve partir da Justiça. Na semana passada, a condenação do Diogo Mainardi a três meses de prisão foi um passo muito importante do Judiciário. A Veja passou a usar a calúnia e a difamação com a ajuda de dois pistoleiros – o Mainardi e o Reinaldo Azevedo – para atacar a honra de todo mundo e entrou num jogo muito pesado. Essa estratégia é desproporcional, porque a Abril partiu para uma avaliação custo x benefício, ou seja, começou a se perguntar: o que ganhamos se começarmos a difamar ou caluniar o fulano? Ganha porque desacredita o “fulano” e continua com liberdade para manipular isso. O que isso custa? Cem mil, 150 mil reais por processo. É um preço que eles pagam. Essa avaliação é horrorosa, faz o jornalismo cair na barbárie. Quando condenam um deles, como no caso do Paulo Henrique, esse jogo acaba. No Rio Grande do Sul, fizeram isso com o Jorge Furtado. Ele foi alvo de assassinato de reputação também. A ação contra esse tipo de publicação às vezes demora meses ou anos para ser resolvida. Como é que fica a sua reputação nesse período? Como fica a sua família e seus filhos nessa história? O que a Veja está fazendo é coisa de quadrilha. Eu nunca vi algo parecido.

IHU On-Line – Essa suspensão da direção da Abin foi uma atitude correta por parte do presidente?

Luis Nassif – O presidente é gato escaldado. Já sabe que enfrentar o STF e a imprensa juntos pode significar um risco e adotou essa medida. Ele aproveitou que a escuta pegou o pessoal da sua base e assim pode reagir contra a Operação Satiagraha. Agora, ele está numa ação de alto risco, porque validar a Veja – que é uma revista que está caindo em descrédito – é um risco. Se você dá à Veja o direito publicar um factóide como esse – porque ainda não temos uma prova real sobre esse grampo – e o poder de afastar a direção da Abin, sabendo que toda a estratégia jurídica do Dantas consistia em tentar comprovar que o Paulo Lacerda tinha interferido na Operação Satiagraha para poder anular o inquérito, há outro risco alto. O Lula mandou investigar afastando a direção da Abin para não ter contaminação nos resultados. Ou seja, deu tudo o que o pessoal do STF pediu. Se houver uma investigação séria agora, quem fez paga. A Veja vai ter de mostrar suas provas. O desafio é existir uma investigação séria. Claro que não podemos botar a mão no fogo pela Abin, mas é preciso ficar claro que quem acusa tem que ter a comprovação. Aquela maluquice que a Veja fez não é prova. Nenhum país civilizado, com poder Judiciário efetivo, deixa aquilo ser considerado uma matéria. Vamos ver o resultado das investigações. A partir delas, saberemos se o Lula é um enxadrista ou uma pessoa temerosa.

IHU On-Line – Em que sentido a reunião de Gilmar Mendes com Lula interfere no trabalho do ministro Tarso Genro?

Luis Nassif – Eu conversei com o ministro hoje (referindo-se ao dia 02 de setembro de 2008), que me disse que esse período faz parte de um jogo complicado. Veja bem, essa questão dos direitos individuais precisa ser preservada e você não pode dar plenos direitos para o pessoal sair grampeando a torto e direito. Vivemos hoje dentro de uma democracia clássica, ou seja, numa sociedade onde a imprensa é o fator para conter excesso de poder do Executivo. No entanto, como há um alto grau de manipulação por parte da imprensa, se criou uma ameaça grande ao direito individual. Esse poder diz respeito a fazer qualquer ataque e não dar bola para o resto. Qual é o maior desafio que temos em relação à defesa dos direitos individuais? É saber se defender de esquemas como os que a Veja monta. Aqui no Brasil, em nome da liberdade de imprensa, você pode assassinar reputações, fazer uma matéria fajuta e dizer que a Constituição garante sigilo de fonte... Onde nós vamos parar? Podemos dizer que o ministro Gilmar Mendes assumiu de uma forma obcecada a defesa do Dantas e deixou o Supremo Tribunal Federal numa má situação, mas os outros ministros estão deixando a história correr para não comprometer ainda mais a imagem da instituição.

IHU On-Line – Casos como esses estão gerando desconfortos dentro da Polícia Federal. Em sua opinião, que perigos giram em torno dessa demonização da PF?

Luis Nassif – Falar da Polícia Federal é um negócio complicado. É uma organização muito envolvida em muitos problemas e foi feita uma mudança fundamental em sua estrutura pelo Paulo Lacerda, há tempos. Daí surge uma geração nova aí, não viciada ainda, que não quer entrar no esquema e quer realizar um trabalho sério de investigação. Esse pessoal é o típico funcionário que está seguindo o manual, que é a lei, a Constituição. Se esse pessoal for desestimulado, a única força que se insurgiu de forma profissional contra esses abusos e esquemas de corrupção vai ser jogada fora. É um momento complicado, é uma guerra da civilização contra a barbárie. A barbárie, nesse caso, está sendo representada, infelizmente, por órgãos de imprensa. Esse é o problema.

IHU On-Line – E como esse problema pode ser resolvido?

Luis Nassif – É importante deixar claro que toda essa operação visa beneficiar o Dantas. Isso cria um constrangimento para o Lula que não é fácil. Essa investigação tem a garantia do acompanhamento do Ministério Público. A Polícia Federal tem dentro da sua corporação grupos se digladiando. Se for provado que houve manipulação, a Veja e o Gilmar Mendes entram numa situação complicada. Se confirmar que foi uma ordem da Abin, quem se complica é o governo. O que eu acho mais provável é que não vai se confirmar que foi da Abin e que não vai se chegar ao grampeador, porque a Veja é uma revista sem-vergonha e não tem provas do que diz. Eu acho que vai ficar como um negócio não esclarecido, o que fortalece a posição do Dantas. Também vai depender muito da sinalização que o Ministro da Justiça e o Lula fizeram para a Polícia Federal para continuar investigando essa Operação Satiagraha.

IHU On-Line – A quem interessa livrar o Dantas dessa investigação?

Luis Nassif – Todos os que foram subornados por ele, ou seja, três partidos políticos e jornalistas que foram pagos por ele. Interessa às publicações que fizeram acordos obscuros com ele, a juízes que se venderam para ele. É muita gente. Ele está no centro da corrupção brasileira; é uma coisa imensa.

IHU On-Line – Podemos dizer que o STF e o ministério da Justiça estão em crise?

Luis Nassif – Não sei se estão em crise. O ministro Gilmar Mendes quis provocar uma crise, mas o governo não passou recibo. A condução do Tarso Genro em relação a esses episódios foi infeliz. Nesse sentido, há uma certa ligação entre ele e o Gilmar, mas este último extrapolou. O segundo habeas corpus foi incompreensível.

IHU On-Line – No mês passado, durante a Rodada Doha, percebeu-se que a intenção do Brasil estava dentro da questão da remessa de lucros maior do que os investimentos internos e assim atrairia capital de curto prazo. Quem sairia privilegiado se as negociações tivessem ido de acordo com as intenções do governo brasileiro?

Luis Nassif – O Brasil perderia claramente. Eu não entendi a posição do Lula de querer uma coisa a qualquer preço, porque o que se oferecia da parte agrícola lá não é suficiente para o país. Se a intenção do governo brasileiro fosse aprovada, seriam abertas as tarifas de pontuação de um conjunto importante de produtos em troca de ganhos não substanciais na área de subsídios num momento em que o câmbio brasileiro é um diferencial negativo muito grande. Se saísse do jeito que se queria, nós teríamos problemas sérios. A sorte é que a China e a Índia tiveram mais clareza sobre seus interesses.

IHU On-Line – Dentro dessa questão ainda, que perspectivas você tem para o próximo encontro em Doha?

Luis Nassif – Eu continuo acreditando naquilo que escrevi no livro Os cabeças-de-planilha (São Paulo: Ediouro, 2007), ou seja, o mundo está no final de um processo de liberação financeira que tende a refluir. A tendência, se for bater com que ocorreu em outros períodos da história, será a de um nacionalismo mais exacerbado, uma defesa maior dos interesses nacionais, assim como aconteceu com a China, com a Índia e a Rússia. Estes sistemas de livre comércio são, geralmente, adotados por quem já atingiu um certo grau de desenvolvimento mais elevado. Quando o país atinge esse grau de desenvolvimento, pode entrar nas regras internacionais de livre comércio que, obviamente, beneficia os países mais competitivos em detrimento dos menos competitivos. Os países emergentes que seguem essas regras não conseguem se desenvolver, porque já são mais

fracos, menos competitivos. Na medida em que a China quer se tornar uma potência, ela vai se insurgir contra isso.

Reembolso substitui diária

Magistrados e funcionários do Tribunal de Justiça não vão mais receber diárias em viagens ao Interior. O sistema de pagamento de diárias será substituído pelo ressarcimento das despesas – hospedagem e duas refeições por dia – mediante apresentação de notas fiscais.

O limite para o reembolso é o valor atual das diárias: R\$ 309 para magistrados, R\$ 200 para servidores de nível superior e R\$ 150 para os de nível médio. ZERO HORA

Presidente da Câmara reclama de interferência do Judiciário no Legislativo

Marco Antônio Soalheiro

Repórter da Agência Brasil

Brasília - O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, criticou hoje (9) o exercício de atribuições legislativas pelo Poder Judiciário, o que, segundo ele, ocorreu em manifestações recentes de tribunais superiores.

“Partindo do pressuposto constitucional da harmonia e independência entre os poderes, o melhor para a democracia é que a legislação parta de quem tem a representação popular”, afirmou Chinaglia, ao chegar à Universidade de Brasília (UnB), onde participaria de seminário sobre os 20 anos da Constituição brasileira.

O parlamentar citou especificamente a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que estabeleceu que os mandatos dos parlamentares que se desfilarem sem justa causa pertencem aos partidos. “Nessa circunstância, o TSE legislou, e não deveria fazê-lo”, reclamou.

Para Chinaglia, a tese expressa por ministros de que o Judiciário estabelece regras apenas diante de “vazios legislativos” não justifica a interferência de um Poder em assuntos de outro.

“No Judiciário, por exemplo, tem muitos processos [contra políticos] em que o mandato termina e não são julgados no mérito. Mas isso não nos autoriza a fazer justiça com as próprias mãos”, argumentou Chinaglia.

Confrontado com as críticas, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, também presente ao seminário, preferiu temporizar. Ele negou que haja intenção do Judiciário de concorrer com o Legislativo, mas defendeu a atuação regulamentadora em situações específicas.

“O mundo todo está passando por um processo de mudança no que diz respeito à omissão legislativa. Em algumas questões, o Judiciário dispõe de meios para dar respostas ainda que provisórias. Por exemplo, no caso do direito de greve. Fixamos uma orientação provisória até que o legislativo dê uma regulamentação definitiva sobre o direito de greve do servidor público”, ressaltou Mendes.

“O STF tem respeito pela atividade legislativa e não pretende, nem quer, nem pode substituir o legislador. Não podemos estabelecer relação de concorrência”, acrescentou.

Mendes ainda lembrou que o STF tem se posicionado de forma crítica à “usurpação” de competências do Legislativo pelo Executivo, através da edição exagerada de medidas provisórias. Disse também que os parlamentares podem apresentar reclamações no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), caso enxerguem “demora excessiva” do Judiciário no julgamento de determinada questão.

“Estamos irmanados no sentido de construir um modelo harmônico de divisão de poderes”, assinalou.

Equador pressiona Odebrecht

O Equador deu um ultimato, ontem, à empresa brasileira Odebrecht, para que faça os reparos necessários na central hidrelétrica de San Francisco (construída na zona andina) ou 'prepare-se para deixar o país'. A represa – segunda maior do país – parou de funcionar há um mês. Correio do povo

Quattor adquire ações detidas pela CDE e Oxiteno

SÃO PAULO, 9 de setembro de 2008 - A Quattor Participações adquiriu 1.670.279 ações ordinárias e 876.216 ações preferenciais detidas pela Companhia Brasileira de Estireno (CBE), ao preço de R\$ 15,2741 por ação, e 1.489.109 ações ordinárias e 1.314.256 ações preferenciais detidas pela Oxiteno Indústria e Comércio ao preço de R\$ 17,1834 por ação ordinária e de R\$ 15,2741 por ação preferencial.

As ações adquiridas de Oxiteno e CBE não estavam em circulação no mercado e integravam o bloco de controle da Petroquímica União (PQU) em razão do Acordo de Acionistas da PQU então vigente, que previa uma série de direitos adicionais a seus signatários. JB ON LINE